

ATA DA 491ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os/as Conselheiros/as: Ana Paula Kayamori de Oliveira, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. Ausente justificadamente o Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Presidente iniciou a sessão às 09h35min, invertendo a ordem dos trabalhos, diante da solenidade de posse das Defensoras Públicas Bruna de Cássia Teixeira e Patrícia Valentim Villela Carvalho e, no intuito de viabilizar a escolha de vagas das novas colegas, iniciou a homologação do concurso de remoção, invertendo a ordem do dia, chamando para discussão o processo CSDP nº 518/16. Interessado/a: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de remoção a pedido. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Presidente esclareceu que o certame era a primeira remoção no formato eletrônico, sendo inaugurada uma nova etapa dentro da instituição, parabenizando o engajamento do Departamento de Recursos Humanos, da Coordenadoria Geral de Administração e a Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação. Em seguida franqueou a palavra para o Diretor Técnico do Departamento de Recursos Humanos, Ricardo Amorim Leite, que declarou o resultado do concurso de remoção, citando todos os Defensores Públicos contemplados. Após a declaração de escolha online, o Presidente considerou que, diante da ausência temporária do relator, a lista final poderia ser homologada. Nesse sentido, o Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o certame, conforme tabela a seguir publicada.

Antiguidade	Defensor Removido	Resultado da Escolha de Remoção	Contemplação por Cônjuge?
66º	Fabiano Brandao Majorana	11ª Defensoria da UNIDADE SÃO BERNARDO DO CAMPO	Não
277º	Juliana Saad	34ª Defensoria da UNIDADE VARAS SINGULARES	Não
372º	Luiz Felipe Vanzella Rufino	57ª Defensoria da UNIDADE VARAS SINGULARES	Não
408º	Danilo Caetano Silvestre Torres	8ª Defensoria da UNIDADE SANTO ANDRÉ	Não
410º	Fabio Henrique Esposto	2ª Defensoria da UNIDADE BARRETOS	Não
546º	Mariana Leite Figueiredo	1ª Defensoria da UNIDADE LIMEIRA	Não
552º	Luiz Carlos Favero Junior	5ª Defensoria da UNIDADE BARRETOS	Não
586º	Valeria Correa Silva Ferreira	11ª Defensoria da UNIDADE SOROCABA	Sim
588º	Carolina Guimaraes Rezende	14ª Defensoria da UNIDADE ITAQUERA	Não
617º	Natalia Nissia Nogueira Seco	4ª Defensoria da UNIDADE ITAQUERA	Não
626º	Hamilton Neto Funchal	4ª Defensoria da UNIDADE BARRETOS	Não
631º	Leonardo Biagioni De Lima	1ª Defensoria da UNIDADE AVARÉ	Não
637º	Davi Quintanilha Failde De Azevedo	8ª Defensoria da UNIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE	Não
711º	Daniela Sanchez Ita Ferreira	MACRORREGIÃO 7	Não
714º	Thomaz Fiterman Tedesco	MACRORREGIÃO 1	Não
716º	Carolina Gurgel Lobo	MACRORREGIÃO 1	Não

Posteriormente, o Presidente declarou as vagas em aberto, as quais sejam: 04ª DP da Unidade Registro com atribuição geral na esfera de atuação na criminal, bem como a 02ª DP da Unidade de São Sebastião com a atribuição na esfera de atuação criminal, júri e infância e juventude. Consigna-se que a Defensora Bruna de Cássia Teixeira escolheu a 02ª DP da Unidade de São Sebastião, Regional São José dos Campos e a Defensora Patrícia Valentim Villela Carvalho escolheu a 04ª DP da Unidade Registro, Regional Vale do Ribeira. Deu continuidade à solenidade de posse, e desejou boas-vindas as empossadas. Acompanharam os cumprimentos o

Representante da Apadep, Leonardo Scofano, a Corregedora-Geral Ana Paula Kayamori, o Conselheiro Florisvaldo Fiorentino Júnior, o Ouvidor Geral Alderon Costa, e os Conselheiros Luiz Eduardo Coelho e Lucio Mota. Em seguida, deu continuidade à sessão encaminhando a ata 488ª sessão ordinária para deliberação, as quais foram aprovadas por unanimidade. Comunicou que, nesta sexta-feira, teria uma reunião com o Deputado Zico Prado, na Assembleia Legislativa, a fim de tratar sobre as emendas apresentadas pelos deputados do Partido dos Trabalhadores, que anteriormente despontavam para o crescimento da instituição, causando o engessamento do crescimento da Defensoria Pública. Por este motivo, sugeriu o encerramento da sessão ordinária até as 13h. Registrou que, nesta semana, após intensas tratativas, havia sido alcançada a negociação do parcelamento do reajuste com o convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e parabenizou a Coordenadora da Assessoria de Convênios, Juliana Saad e o Coordenador Auxiliar, William Roberto Casimiro Braga pelo empenho nas negociações, possibilitando atingir a metade do índice inflacionário, e comentou que, na próxima semana, o Presidente da OAB, Marcos Costa, estará na Defensoria Pública para formalizar o novo contrato. O Presidente reafirmou que a Defensoria-Geral se empenha no acompanhamento do PLC nº 40, que trata sobre a participação de parte do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ) à suplementação orçamentária. Comunicou que, diante da suplementação orçamentária, havia sido veiculada uma crítica, descrevendo que o percentual de 50% (cinquenta por cento) das despesas da Defensoria Pública era dirigido a folha de pagamento, e confrontou com o Ministério Público que contempla 90% (noventa por cento) de suas despesas elencadas a folha de pagamento. Citou que o incremento da Defensoria Pública foi suportado pelo Fundo de Assistência Judiciária e, neste sentido, todos os projetos enviados ao Legislativo preveem esse suporte, lembrando que a atual conjuntura sequer era opção da instituição, mas imposta a ela. Comunicou que, nesta semana, esteve em reunião com o Secretário da Casa Civil, Samuel Moreira, visando tratar do PLC nº 25, e informou que o Secretário havia reiterado o apoio ao projeto. Citou que o Secretário descrevia a complexidade em cumprir com o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário dos servidores públicos, mencionando que outros Estados estavam com a mesma dificuldade para fazer esse pagamento. Relembrou o déficit de R\$ 60 (sessenta) milhões para o cumprimento do orçamento de 2016, e neste sentido, pontuou que a Coordenadoria Geral de Administração e a Defensoria Geral têm empreendido esforços para a suplementação orçamentaria, pois, a instituição segue na dependência deste aporte do Executivo, além de permanecer em contato direto com a Casa Civil, sugerindo que houvesse interação das entidades de classe para unir forças e obter êxito também nesta tratativa. Por fim, comentou a necessidade de recompor a Comissão de monitoramento das visitas aos presos provisórios, conforme prevê o artigo 15 e 16 da Deliberação 297/14. Nesse sentido, mostrou a necessidade de imediata designação do Conselheiro Eleito, visando iniciar as atividades na próxima segunda-feira. Em seguida, passou-se as comunicações da Secretaria. Consigna-se que o Conselheiro Alexandre Orsi esteve ausente em razão de licença. Após, passou-se para o momento aberto. O Presidente franqueou a palavra a primeira inscrita, Servidora Marina Oliveira de Souza, Representante da Associação dos Servidores. Ela mostrou preocupação com a tramitação do PLC nº 40, no que tange a expansão das emendas apresentadas na ALESP, e se mostrou alerta a essas movimentações. Mostrou descontentamento da entidade de classe quanto a prática das atividades dos Servidores no período de recesso forense, e sugeriu que a Defensoria Pública se molde aos termos do recesso apresentado pelo Tribunal de Justiça do Estado. Em seguida franqueou a palavra a segunda inscrita, Sra. Lillia Regina Faccinetto, usuária da Defensoria Pública. Ela iniciou sua fala agradecendo oportunidade de externar no momento aberto seus pleitos, e descreveu que há um ano tenta se valer do direito de uso da Defensoria. Considerou burocrático o atendimento da instituição, bem como a falta de comunicação entre as Unidades que compõem a Defensoria. Citou sua experiência na triagem, pela qual houve a constatação de sua hipossuficiência, seguindo o seu atendimento por um advogado conveniado, avaliando que este não seguiu com os tramites legais de movimentação processual. Pontuou que havia entrado em contato com o Coordenador da Unidade de Guarulhos, e haviam trocado mensagens eletrônicas, motivo pelo qual havia apresentado uma queixa junto a Ouvidoria-Geral, em razão da ausência de serviço deste advogado conveniado. Citou que havia sido encaminhada para a Defensoria de Guarulhos, o qual havia passado por um novo processo de triagem, continuando sem qualquer resposta, por parte do Coordenador da Regional de Guarulhos. Contudo, solicitou

o retorno pela Defensoria Pública-Geral. Em seguida o Presidente franqueou a palavra ao terceiro inscrito, Celso Domingos Romão, usuário da Defensoria Pública. Ele externou que vinha à sessão do Conselho Superior em apoio à Sra. Lillia Regina Faccinnetto. Pontuou que pretende redigir uma carta ao Governador do Estado relatando as divergências do atendimento prestado pelos advogados conveniados, exaltando a peregrinação da Sra. Lilia na busca pelo atendimento da instituição, e a falta de comprometimento e competência do advogado conveniado ao assistido. Após as manifestações, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a manifestação da entidade de classe sobre o recesso, esclareceu que os plantões visam, exclusivamente, manter o atendimento dos assistidos e, diferentemente dos anos anteriores os plantões ocorrerão num período maior, tendo em vista que os feriados ocorrerão no final de semana. Posicionou ser contra o recesso judiciário, aclarando que a Administração sequer atua na esfera judiciária, mas sim jurídica, por este motivo pontuou que pretende seguir em efetivo exercício durante o período e recesso, impossibilitando implantar o molde do recesso do Tribunal de Justiça na Defensoria Pública. Informou que as Subdefensorias seguem atentas ao volume de atividades neste período de recesso, e destacou que a Defensoria Geral empreende esforços na articulação da aprovação do PLC nº 25, que trata do pagamento da compensação extraordinária realizada pelos Defensores e Servidores. Com relação ao caso da Sra. Lilia Regina, a Corregedora-Geral, Ana Paula Kayamori citou ter conhecimento do caso, e esclareceu que a resposta do atendimento dela segue dentro prazo legal, conforme tratado por telefone. O Presidente informou que havia tido ciência do protocolo feito pela usuária da instituição no âmbito da Administração Geral, e encaminhará à demanda para a Corregedoria-Geral, pois uma vez apurado o mérito, esta deverá manifestar a respeito. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Corregedora Geral, Ana Paula Kayamori mencionou sobre os problemas de peticionamento eletrônico, sobretudo em visita a Unidade São Carlos. Informou que, nesta semana, esteve em reunião com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, visando identificar o principal problema do equipamento utilizado pela instituição, e constatou que estes estavam defasados, inviabilizando a atualização do sistema. Neste sentido, citou a importância de evitar qualquer corte de orçamento, no que tange a compra de novas máquinas e novos softwares. Na oportunidade, noticiou o compartilhamento da senha de acesso de andamento processual, em outras Comarcas, destinado aos Defensores Públicos que atuam na Vara de Execução Criminal. Ainda em reunião com a CTI, informou a implantação do sistema DOL (Defensoria Online) para toda Defensoria, no intuito de proporcionar relatórios mais otimizados das atividades dos Defensores Públicos, incluindo os prazos visando eliminar a confecção de ofícios. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa agradeceu a manifestação do momento aberto por parte da Sra. Lillia Regina e do Sr. Celso Domingos, e informou que está sempre revendo o aprimoramento do atendimento como também quanto a avaliação de renda. Afirmou que busca melhorias quanto a precariedade do atendimento pelos advogados conveniados, e se colocou à disposição para tratar do tema com a Assessoria de Convênios. Informou ter ciência de outras reclamações, no que tange ao atendimento de advogados conveniados, e citou que avaliará o mérito. Destacou ter ciência do processo da Sra. Lilia, disponibilizando a Assessora Mariana Chies, de modo que acompanhe o caso no âmbito da Ouvidoria-Geral. Citou a presença da Ouvidoria no evento da “Caminhada pela Paz” em Campo Limpo e com a “Mães de Maio”. Noticiou o convite informal- no evento ‘Tribunal Popular’ na região Campo Limpo e Capão Redondo, que conta com a presença das Unidades da Defensoria Pública que atuam naquela região, a ser realizado no dia 19/11, às 9h às 14h. Por fim, informou que a Ouvidoria presta apoio as famílias de 05 (cinco) jovens desaparecidos na região de Ribeirão Pires. O Conselheiro Octavio Ginez anunciou que em seu período de férias esteve com colegas, que manifestaram preocupação quanto à atuação nas audiências de custódia em Sorocaba. Nesse sentido, solicitou ao Colegiado que tratassem do tema mais detidamente por conta do período de recesso. O Conselheiro Florivaldo Antonio acompanhando a fala do Octavio Ginez, fez apontamento sobre as regras que disciplinam a as custodias, informando que, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado, havia sido estabelecido um organograma da implementação e expansão das audiências de custódia, tanto da Capital, como na Região Metropolitana e Interior. Na fase atual, o modelo adotado foi o de que cada Vara fica responsável pela sua custódia. O Conselheiro Luiz Eduardo retomou a discussão sobre a dificuldade no peticionamento eletrônico, e destacou que tendo as Unidades um parque eletrônico

tão defasado, sugeriu o revezamento de computadores, tendo em vista que muitos deles encontram-se inutilizados na Unidade. Acompanhou a proposta da Corregedora Geral, e reiterou que a proposta orçamentária devesse prever a composição de novos equipamentos e acesso à rede do sistema e a velocidade. Sobre o tema de audiências de custódias, acompanhou a fala do Conselheiro Octavio Ginez, sobretudo, quanto a falta de estrutura, visando o contingenciamento e à remuneração desta atividade. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano sinalizou a necessidade de rever a sistemática no atendimento das audiências de custódia nas Unidades, tendo em vista a quantidade de Defensores Públicos alocados. Reiterou a necessidade de regulamentação do processo CSDP nº 435/16, que visa regulamentar a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Mostrou a necessidade de retomar a discussão do pagamento de licença-prêmio indeferidas com juros e correção monetária, bem como o reconhecimento administrativo do direito de incorporação de gratificações. A Conselheira Fabiana Zapata, retomando a fala do momento aberto da Representante da Associação dos Servidores, informou que recentemente havia sido encaminhado um comunicado aos Coordenadores Regionais para que houvesse o redimensionamento do atendimento durante o período do recesso judiciário. Nesse sentido, relatou que havia recebido diversas escalas, e que buscou adequar demanda de Agentes e Oficiais alocados em cada Unidade. Pontuou que o sistema do plantão possibilita o mínimo da qualidade de atendimento naquele período. Informou que, nesta semana, esteve em visita à triagem das Unidades de Carapicuíba e São Bernardo do Campo, conjuntamente com a Assessoria da Qualidade e Assessoria Cível, no intuito de avaliar as práticas exitosas, avaliações econômicas e financeiras, bem como colher dados para realizar um relatório do que foi apurado nesta ação. O Conselheiro Julio Tanone retomou a fala da Conselheira Fabiana Zapata, quanto a qualidade do atendimento na triagem. Comentou que sendo a triagem a entrada de todos os atendimentos que envolvem a Defensoria Pública, externou que o bom ou mau atendimento influenciará no andamento processual do assistido. Citou que teve conhecimento de que em algumas Unidades no interior tiveram alguns casos em que os Defensores Públicos alteraram sua atribuição para cumprir com um "atendimento profissional", evitando a precariedade por parte do atendimento, respondendo pela qualidade no atendimento. Neste sentido, pontuou que aguardará a reunião com a comissão de análise de atribuições. Após as manifestações dos Conselheiros, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a situação dos equipamentos da instituição, informou que conhece da deficiência do maquinário utilizado pela instituição, e reconheceu a necessidade de atualizar brevemente o software. Neste sentido, reiterou que a Defensoria Geral busca a recomposição orçamentária, através da suplementação. Apontou que a estava previsto para 2016 uma arrecadação de R\$ 669 (seiscentos e sessenta e nove) milhões, mas que apenas deve alcançar R\$ 580 (quinhentos e oitenta) milhões. Informou que para 2017 há a estimativa de arrecadação em R\$ 669 (seiscentos e sessenta e nove) milhões, o que possibilitaria um investimento na atualização dos computadores pela CTI. Comentou que a preparação de audiências de custódia envolve outras áreas, buscando equacionar as atividades e diluir a quantidade de flagrantes. Sobre a regulamentação de licença paternidade, informou que numa conversa informal com a Secretaria Executiva do Tribunal de Contas do Estado, havia o entendimento de que haveria a necessidade de estabelecer uma medida legislativa específica para tratar da licença paternidade, ao contrário de uma mera normativa administrativa. Consigna-se que, antes da ordem do dia, o Presidente indicou a necessidade de agendamento de sessão extraordinária para julgamento de dois processos administrativos disciplinares, os quais sejam: a) CGDP PAD nº 001/16 de relatoria do Conselheiro Luiz Eduardo, sendo relacionado a Defensor Público; e, b) CGDP PAD nº 001/16 de relatoria do Conselheiro Horácio Xavier, sendo relacionado a Servidor. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, agendar o processo de relatoria do Conselheiro Luiz Eduardo para o dia 18 de novembro de 2016, às 15h, e agendar o processo de relatoria do Conselheiro Horácio Xavier para o dia 24 de novembro de 2016, às 10h30min. Em seguida, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou as propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 524/15. Interessado/a: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Presidente retomou a necessidade de restabelecimento da comissão de monitoramento,

de modo que houvesse a indicação do Conselheiro Eleito. Nesse sentido, encaminhou para discussão. Após o consenso, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, indicar a nova composição dos integrantes relacionados para continuidade dos trabalhos da Comissão de Monitoramento. (Comissão de Monitoramento). a) Membro indicado pela Defensoria Pública-Geral, que presidirá: Maira Coraci Diniz; b) Representante do Conselho Superior: Lucio Mota do Nascimento; c) Representante do Núcleo Especializado de Situação Carcerária: Flava D'Urso; d) Representante da Sociedade Civil, indicado pela Ouvidoria: Paulo Cesar Malvezzi Filho. CSDP nº 251/14. Interessado/a: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselheiro Leandro de Col leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido de acolher parcialmente a proposta, a fim de instruir apenas um serviço voluntário do âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos da minuta de Deliberação anexa ao seu voto. O Presidente encaminhou para discussão. O Ouvidor Alderon Costa manifestou o pedido de vista dos autos, acompanhado pela Corregedora-Geral, a fim de analisarem o caso detidamente. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo concedida a vista individual a Ouvidoria-Geral e a Corregedoria-Geral. Vista concedida à Ouvidoria-Geral e a Corregedoria-Geral. CSDP nº 233/14. Interessado/a: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Presidente mostrou a necessidade de indicarem os nomes dos integrantes da comissão instituída pelo Conselho Superior na última sessão, que deverá apresentar o resultado dos trabalhos no prazo de 120 dias. Nesse sentido, indagou quem dos Conselheiros Eleitos se voluntariava, e posteriormente encaminhou para discussão e deliberação. Após as discussões, o Presidente esclareceu que a composição instituída atuará conjuntamente nos processos CSDP nº 233/14, CSDP nº 401/16 e 492/16. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, indicar os seguintes nomes para o Grupo de Trabalho que atuará no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a seguir publicada: (Grupo de Trabalho). 01 Representante da Defensoria Pública-Geral: Rafael Pitanga Guedes; 01 Membro Eleito do Conselho Superior: Octavio Ginez de Almeida Bueno; 01 Representante da Ouvidoria-Geral: Mariana Chies Santiago Santos; 01 Representante da APADEP: Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. CSDP nº 401/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, indicar os seguintes nomes para o Grupo de Trabalho que atuará no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a seguir publicada: (Grupo de Trabalho). 01 Representante da Defensoria Pública-Geral: Rafael Pitanga Guedes; 01 Membro Eleito do Conselho Superior: Octavio Ginez de Almeida Bueno; 01 Representante da Ouvidoria-Geral: Mariana Chies Santiago Santos; 01 Representante da APADEP: Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. CSDP nº 492/16. Interessado/a: Coordenação da Regional Infância e Juventude. Assunto: Pedido de regulamentação de trabalho extraordinário, que decorre de decisões externas à Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, indicar os seguintes nomes para o Grupo de Trabalho que atuará no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a seguir publicada: (Grupo de Trabalho). 01 Representante da Defensoria Pública-Geral: Rafael Pitanga Guedes; 01 Membro Eleito do Conselho Superior: Octavio Ginez de Almeida Bueno; 01 Representante da Ouvidoria-Geral: Mariana Chies Santiago Santos; 01 Representante da APADEP: Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. **CSDP nº 464/16 (Exceção a pauta)**. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar relatório semestral apresentado, após a juntada da diligência cumprida pelo órgão. Após o Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, após o cumprimento da diligência, aprovar o relatório do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. CGDP CAEP nº 056/14. Interessado/a: Jessica Maria Benedetti. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O

relator leu o relatório citando uma declaração médica encartada nos autos na qual declarava a interessada como apta para suas funções no momento em que encerrava o 3º relatório de estágio probatório, mencionando que constava nos autos uma solicitação de perícia médica dada pela Corregedoria. Após, proferiu o voto no sentido de aprovar o 4º relatório semestral, com a consequente continuidade do estágio probatório, endossando as propostas contidas no parecer da Corregedoria-Geral, citando a expedição de memorando ao DRH e ofícios à 2ª Subdefensoria Pública-Geral e à Assessoria Cível. O Presidente encaminhou para discussão. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano questionou o voto do relator, no que tange ao parecer que trata da perícia médica. A Corregedora-Geral, Ana Paula Kayamori informou que havia sido juntado pela interessada um atestado emitido por um médico da rede particular, declarando que a interessada estaria apta para cumprimento de suas atribuições, sem demais ressalvas. Neste sentido a Corregedoria entendeu que seria melhor investigar a atual situação de saúde da interessada, e nesse sentido, emitiu um parecer solicitando uma perícia médica do estado, visando avaliar o estado de saúde da Defensora. Consigna-se que o Defensor Público-Geral se ausentou da Presidência às 13h10min, assumindo a substituta, a Corregedora-Geral Ana Paula Kayamori. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano compreendeu a necessidade de realização da perícia médica, contudo, manifestou que a menção no voto do relator causava constrangimento a interessada. O relator Pedro Avellar manteve seu voto quanto a aprovação do relatório e continuidade do estágio, e externou que o motivo da sua análise manteria como precedente em futuros relatórios. Esclareceu que no terceiro estágio probatório a interessada descrevia diversos problemas por conta da demasia do trabalho em laudos de psicólogos e psiquiatras, atestando inapta ao exercício do seu trabalho e, atendendo a uma sugestão do relator ela havia encartado um laudo particular, classificando como apta ao trabalho. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano considerou que diante da aprovação psicológica a sugestão para a realização de perícia médica deveria ser desconsiderada. A Corregedora-Geral, Ana Paula Kayamori justificou que perícia deverá ser feita pelo órgão do estado, ao contrário de uma clínica particular, conforme encartado nos autos, sobretudo para adequar as atribuições para a Defensora Pública dentro de sua Unidade. O relator endossou o direcionamento da Corregedoria-Geral. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 4º relatório e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h36min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado/a: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessado/a: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e questões agrárias, fixando suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessado/a: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da

Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessado/a: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessado/a: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado/a: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado/a: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado/a: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado/a: Horácio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado/a: Horácio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 518/15.

Interessado/a: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15.

Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15.

Interessado/a: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15.

Interessado/a: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15.

Interessado/a: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16.

Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16.

Interessado/a: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16.

Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16.

Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16.

Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16.

Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16.

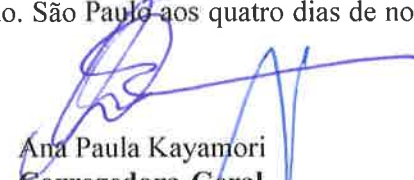
Interessado/a: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecília Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 404/16.

Interessado/a: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio

Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 435/16. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 445/16. Interessado/a: Marcos Antônio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de 04 anos. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 460/16. Interessado/a: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (57ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 465/16. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 468/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenadora do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 475/16. Interessado/a: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 481/16. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 499/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 503/16. Interessado/a: Alessandro Izzo Coria e Eduardo Belmudes. Assunto: Proposta de deliberação, que define normas gerais de criação, transferência, extinção e remoção de órgão de atuação, bem como de Defensorias Regionais. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 516/16. Interessado/a: Alberto Zorigian Gonçalves de Souza. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face da Defensoria Pública do Guarujá. Relator: Conselheiro


Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 519/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2016 / 2017. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 522/16. Interessados/as: Adriana Kalil Issa Peres e Liliane Mageste Barbosa. Assunto: Remoção por permuta (24ª DP da Macrorregião 1 e 33ª DP da Macrorregião 1). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. O Presidente deu por encerrada a sessão às 13h36min. Eu, Paula Hora Santos, Secretária Executiva do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos quatro dias de novembro do ano de 2016.

  
Davi Eduardo Depiné Filho  
**Presidente**


  
Ana Paula Kayamori  
**Corregedora-Geral**

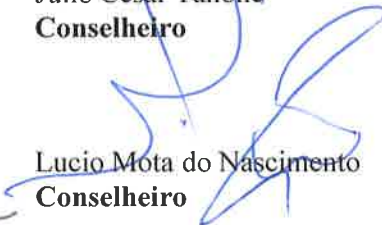
  
Fabiana Botelho Zapata  
**2ª Subdefensoria Pública-Geral**


  
Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior  
**3º Subdefensoria Pública-Geral**

  
Horácio Xavier Franco Neto  
**Conselheiro**

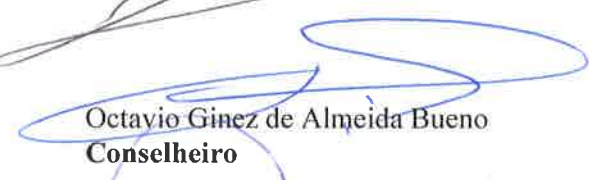
  
Julio Cesar Tanone  
**Conselheiro**

  
Leandro de Col Loss  
**Conselheiro**

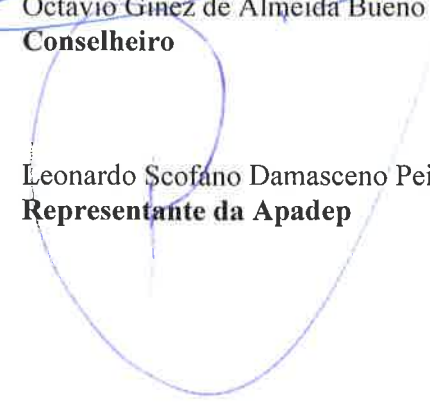
  
Lucio Mota do Nascimento  
**Conselheiro**

  
Luiz Eduardo de Toledo Coelho  
**Conselheiro**

  
Pedro Antônio de Avellar  
**Conselheiro**

  
Octavio Ginez de Almeida Bueno  
**Conselheiro**

  
Alderson Pereira da Costa  
**Ouvidor-Geral**

  
Leonardo Scofano Damasceno Peixoto  
**Representante da Apadep**